

Direita e esquerda dividem vitórias na Constituinte

O primeiro rascunho da futura Constituição, encaminhado pelas 24 subcomissões às oito comissões temáticas da Assembleia, tem duas partes bem distintas. Se os anteprojetos das subcomissões fossem consolidados num texto único, ele teria uma parte de grandes avanços reformistas e outras de centro-direita. Os progressistas conseguiram vitórias expressivas nas subcomissões que tratam da ordem social, do trabalho e da participação dos cidadãos. O centro e a direita ganharam na questões da ordem econômica.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, diz que ainda é muito cedo para dizer se a Constituição vai ser progressista ou conservadora. Defensor do mandato de quatro anos para o presidente da República e da proposta de reforma agrária derrotada pelos conservadores, Covas acha que "tudo vai depender da capacidade de negociação", segundo ele, não houve retrocesso nas propostas das subcomissões.

O deputado Antônio Brito, vice-líder, diz que a Constituição será a das

reformas possíveis, com concessões à direita e à esquerda. Talvez prevendo a necessidade dessas concessões, os partidos de esquerda apostaram tudo nas subcomissões que trataram do trabalho e das questões sociais. Na opinião de um deputado da esquerda do PMDB, em algumas questões avançou-se até demais para poderem ser negociadas coisas fundamentais. O líder do PCB, Roberto Freire, resume a questão: "Eles ganharam no capital, nós ganhamos no trabalho".

Daqui em diante ficará cada vez menos nítida a divisão partidária na Constituinte. As alas do PMDB, que já apareceram com clareza na fase das subcomissões, se evidenciarão. Ontem, o deputado Carlos Mosconi, relator da Subcomissão da Saúde, queixava-se a Mário Covas. "Eu tive apoio até do PFL e tive o PMDB contra mim em coisas fundamentais". E o deputado Antônio Brito (PMDB-RS) também se referia à divisão do partido.

— O PMDB tem que se render à evidência de que existem dois partidos

dentro dele. O PMDB histórico, comprometido com as causas populares, e o PMDB fisiológico ou conservador. Os progressistas têm de se convencer de que não podem se impor sozinhos. Têm que negociar para viabilizar suas propostas.

Hoje, a CNBB vai se reunir para avaliar os trabalhos da Constituinte até aqui. Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, acha que houve avanços na questão do menor. Mas não está satisfeito com a forma como foi tratada a questão da reforma agrária e com as facilidades criadas para o divórcio.

Agora, começa a fase de afinamento da futura Constituição. As contradições começarão a desaparecer. A comissão de Organização dos Poderes terá que decidir entre o mandato presidencial de quatro anos, proposto pela Subcomissão do Poder Legislativo, e o de cinco, proposto pela Subcomissão do Poder Executivo.

A seguir, as principais propostas das 24 subcomissões.



Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Sistema Financeiro rejeita juros de 12%

Subcomissão do Sistema Financeiro — a proposta de limitação dos juros reais em 12% ao ano, do relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, Fernando Gasparian (PMDB-SP), foi derrotada, porém, ele promete insistir na inclusão deste princípio, através da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Mas a ideia, ao que supõe, encontrará muitas resistências, principalmente por parte do próprio relator da Comissão, deputado José Serra (PMDB-SP). "Foi ele quem derrubou os 12%", afirma Gasparian, que acusa Serra de fazer lobby com cada um dos integrantes da subcomissão. Seu anteprojeto extingue o Conselho Monetário Nacional, cujas atribuições passarão para o ministro da Fazenda.

Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira — o anteprojeto do deputado José Luiz Maia (PDS-PI) determina que a aplicação dos recursos federais respeite ao critério de proporcionalidade direta à população e inversa à renda per capita. Assim, ganharão o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e perderá principalmente o Sudeste, cujos constituintes deverão barrar a proposta na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Maia muda o conceito tradicional de orçamento, transformando-o em "planejamento plurianual", que passaria a incluir o orçamento fiscal, monetário e das estatais e teria de ser aprovado pelo Congresso.

Subcomissão de Tributos, ParticIPAção e Distribuição das Receitas — uma das maiores controvérsias que o anteprojeto desta subcomissão vai causar é quanto à divisão do bolo tributário da União. O relator, deputado Fernando Coelho (PMDB-PE), deixou à União a competência de tributar apenas a importação, exportação, renda, produtos industrializados e operações de crédito, câmbio e seguro. Aos municípios, apenas sobre propriedade predial e territorial urbana e vendas a varejo. O restante dos impostos passou para o âmbito dos estados, através da ampliação do atual ICM, o que tem provocado reações dos municipalistas.



Comissão da Organização Eleitoral e da Garantia das Instituições

Organização eleitoral dá sistema misto

Subcomissão de Defesa do Estado, da Soledade e de sua Segurança — O relator, deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), admitiu, na última reunião da subcomissão, que contou com a colaboração de três coronéis do Exército para elaborar seu parecer no que se refere às Forças Armadas, segurança pública e defesa do Estado. Todas as sugestões das Forças Armadas para a nova Constituição foram por ele incorporadas. Por sugestão militar, ele criou o "estado de defesa", preliminar ao estado de sítio, destinado a "preservar ou restabelecer a ordem pública ou a paz social, ameaçadas ou atingidas por calamidades ou perturbações cuja gravidade não exija a decretação do estado de sítio".

Reforma e Emendas — Subcomissão de Garantia da Constituição — a grande novidade dessa Subcomissão é a criação do Tribunal Constitucional, com a incumbência de julgar as acusações feitas ao presidente da República e aos ministros de Estado, autorizar a decretação dos estados de sítio e de emergência, declarar a inconstitucionalidade das leis e processar outros conflitos. O Tribunal terá 16 ministros nomeados pelo presidente da República. No primeiro artigo do parecer aprovado, surge uma inovação jamais prevista nas Constituições brasileiras: "A Constituição não perderá sua vigência se deixar de ser observada por ato de força ou se for modificada por meio diverso do previsto em seu próprio texto".

Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos — O sistema eleitoral brasileiro passa a ser misto, isto é, majoritário e proporcional, com a metade das vagas preenchidas por votações em distritos eleitorais, e a outra metade, por listas partidárias. A competência para estabelecer os critérios da divisão distrital é do Congresso Nacional, e não do Tribunal Superior Eleitoral. Essas eram as principais mudanças votadas ontem por esta subcomissão. Ficou decidido que os militares são alistáveis, exceto os conscritos; que a lei garantirá o exercício do voto aos analfabetos; e que não podem alistar-se como eleitores os que não se exprimem em português.



Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

Família privilegia direitos da criança

Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso — Mesmo não conseguindo a possibilidade de aborto para casos de estupro, deformação fetal e gravidez de alto risco, o relatório dessa subcomissão conquistou avanços diante da atual legislação. Na parte da família, haverá igualdade de direitos para os homens e mulheres, o tempo para o divórcio entre os casais caiu de três anos de separação para dois e, para efeito de proteção do Estado, foi feito o reconhecimento da união estável. Para o menor, foram incorporados todos os direitos universais da criança, e asseguradas saúde e alimentação a partir da concepção, ou seja, as gestantes estarão protegidas.

Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes — este é também considerado um relatório avançado, porque o projeto original recebeu emendas progressistas que acabaram por impedir o repasse de verbas públicas para o ensino privado. O relatório prevê, como compensação, que os recursos públicos podem ser repassados para entidades que não tenham fins lucrativos. A subcomissão decidiu ainda que 18% da receita proveniente de impostos federais serão destinados à educação, bem como 25% das receitas dos estados e municípios. O ensino será gratuito e obrigatório a partir dos 6 anos de idade, e no mínimo por oito anos.

Subcomissão da Ciência e Tecnologia e das Comunicações — os progressistas foram derrotados na maior parte do relatório dessa subcomissão. Os moderados derrubaram os artigos que proibiam o monopólio da televisão, ou seja, que uma mesma empresa obtivesse concessões em várias regiões. Também foi derrotado o Conselho Editorial, proposto no relatório, onde os grupos de empregados poderiam participar das decisões editoriais dos jornais e revistas. Na parte relativa à Ciência e Tecnologia, os progressistas conseguiram aprovar propostas como a reserva de mercado para a informática.



Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher

Soberania prevê participação popular

Subcomissão da Soberania e das Relações Internacionais — O Estado está obrigado, segundo o anteprojeto aprovado por unanimidade, a "promover de fato a liberdade e a igualdade dos cidadãos, removendo os obstáculos de ordem política, econômica, social e cultural, para viabilizar a efetiva participação popular na administração pública e no controle da atividade de seus órgãos". No capítulo das Relações Internacionais, fica estabelecido que o Brasil manterá relações com Estados estrangeiros e organizações internacionais em "nome de seu povo", que poderá manter controle permanente dessas relações.

Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais — O cidadão comum poderá requerer na Justiça o cumprimento de qualquer artigo inserido na nova Constituição, mesmo que ele ainda não tenha sido regulamentado pela legislação ordinária. Para isto, utilizará o "mandato de injunção", que terá o mesmo rito sumário dos mandatos de segurança e poderá ser requerido em qualquer juízo ou tribunal. Esta é a principal inovação do anteprojeto aprovado pela Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais. São julgados crimes inafiançáveis e tortura e a produção ou tráfico de drogas.

Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias — Um dos relatórios considerados dos mais avançados dá o direito de voto aos militares, policiais-militares e bombeiros militares. Haverá plebiscito para a Constituição ou para qualquer emenda que for aprovada pelo Congresso. Será criado o Tribunal de Garantias Constitucionais, onde poderá dar entrada o mandato de garantia social, proposto por qualquer cidadão que se sinta lesado pelo Estado. A tortura, pelo relatório, é crime inafiançável, não terá anistia nem prescrição, atingindo mandantes e executores.



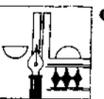
Comissão da Ordem Social

Ordem Social dá aposentadoria aos 30

Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente — entrega à Constituinte um relatório considerado muito avançado, pelo qual a Previdência Social, tanto da União quanto dos estados e municípios, será gerida por um Conselho Paritário, formado pelo governo, empregados e empregadores. A aposentadoria será aos 30 anos de serviço para os homens e 25 para as mulheres, e a doação de órgãos e tecido humano é obrigatório após a morte, caso não haja uma manifestação por escrito em contrário, mas a comercialização de órgãos é proibida, assim como a eutanásia. Com relação à seguridade, os aposentados e pensionistas receberão, por tempo de serviço e por invalidez, salário integral.

Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos — Considerado um grande avanço para os trabalhadores, o relatório da subcomissão prevê uma jornada de 40 horas semanais de trabalho e estabilidade no emprego desde a admissão, exceto por falta grave, provada na Justiça ou no período de experiência de 90 dias. A organização sindical é livre, inclusive para os funcionários públicos, o que hoje não é permitido, com total direito de greve. Nas férias, de 30 dias, o trabalhador receberá o dobro de seu salário. O salário mínimo, a ser fixado pelo Congresso Nacional.

Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas deficientes e Minorias — Será crime inafiançável a discriminação racial. Todas as escolas deverão incluir nos seus currículos a história das populações negras e indígenas do Brasil. Será dado o título de propriedade de terra às comunidades negras remanescentes dos quilombos e o Brasil não manterá relações diplomáticas ou acordos econômicos com países onde haja discriminação racial. Esse é, em resumo, o relatório da subcomissão que tratou da questão do negro, aprovado na íntegra. Aos deficientes físicos será garantida assistência habitacional e de saúde sem discriminação de trabalho.



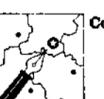
Comissão da Organização dos Poderes e Sistema do Governo

Poder Judiciário dá 19 ministros ao STM

Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público — Em vez de onze ministros, o Supremo Tribunal Federal passará a ter 19, oito deles em vez de vitalícios, com mandatos de doze anos. Mas todos terão que ser bacharéis em direito há pelo menos 20 anos e para provar seus conhecimentos deverão submeter-se a uma audiência pública perante o Congresso Nacional. Esses ministros com mandato serão indicados quatro pelo Poder Executivo e quatro pelo Legislativo. Os vitalícios serão indicados privativamente pelo presidente da República. Foi derrubada a ideia de se criar um Tribunal Constitucional.

Subcomissão do Poder Executivo — nesta, o presidente José Sarney saiu particularmente vitorioso, pois o "centro democrático", associado ao PFL e ao PDS, conseguiu subtrair do anteprojeto do relator o artigo que encerrava no próximo ano o mandato presidencial. Sem marcar a data de eleição, fixou o mandato em cinco anos. Graças também à ação do "centro", foi eliminada a possibilidade de o país adotar logo após a promulgação da Constituição o sistema parlamentarista de governo. E o regime de gabinete brasileiro exclui três ministros militares, o chefe do Gabinete Civil e o titular das Relações Exteriores das moções de censura do Parlamento.

Subcomissão do Poder Legislativo — Tanto o presidente da República quanto o primeiro-ministro ficarão sujeitos, nos crimes de responsabilidade, ao julgamento do Senado Federal. Caberá a essa Casa do Legislativo também aprovar a nomeação dos presidentes do Banco Central e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao qual cabe calcular os índices inflacionários). Mas a grande mudança promovida por esta subcomissão foi a que atribuiu privativamente ao Senado Federal poderes para autorizar empréstimos, operações ou acordos externos de qualquer natureza, de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal, territórios e municípios, e também das estatais.



Comissão da Organização do Estado

Organização do Estado subdivide o mapa

Subcomissão dos Estados — Passou facilmente pela Subcomissão dos Estados o anteprojeto do deputado Siqueira Campos (PDC-GO), propondo a criação de seis novos estados: Juruá, com a divisão do Amazonas; Tapajós, do Pará; Maranhão do Sul, do Maranhão; Santa Cruz, da Bahia; Tocantins, de Goiás; e Triângulo, de Minas Gerais. Além destes, o país teria mais os territórios de Roraima e Amapá transformados em estados. O relator estabeleceu ainda que seja realizado um plebiscito no Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 88, para que a população opine sobre a redivisão do estado, com a volta da antiga Guanabara.

Subcomissão da União, Distrito Federal e Território — A eleição para governador do Distrito Federal, fixada para 15 de novembro de 88, dificilmente conseguirá a aprovação dos integrantes da Comissão da Organização do Estado. O próprio relator, Luis Carlos Signaranga Seixas (PMDB-DF), reconhece que há muitas reações: "Não é fácil e tem que haver muita mobilização da população", diz. A briga, neste caso, não se trava entre esquerda e direita. Mesmo entre os constituintes progressistas, há quem defenda a vinculação do governador do Distrito Federal ao presidente da República.

Subcomissão dos Municípios e Regiões — o anteprojeto aprovado garante a participação dos governadores nas Superintendências Regionais de Desenvolvimento e determina a criação de um Conselho de Ouvidores em cada município para controlar a atividade municipal. O relator, deputado Aloysio Chaves, fixou em 30% a quota da receita tributária da União que irá para os Fundos Regionais de Desenvolvimento com a seguinte distribuição: Sul, 4%; Sudeste, 2%; Centro-Oeste, 5%; Nordeste, 11%; e Norte, 8%. O item sobre competência dos municípios deverá sofrer emendas.

Comissão da Ordem Econômica



Ordem Econômica defende livre iniciativa

Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica — ao contrário do anteprojeto elaborado pelo deputado Virgildásio Sena (PMD-BA), relator da subcomissão, que considerou como "agentes produtivos" a empresa privada, o Estado, as cooperativas e outros tipos de empresa, o texto aprovado por esta subcomissão estabelece que a ordem econômica é "fundada na livre iniciativa". "A intervenção do Estado no domínio econômico e o monopólio só serão permitidos", diz o projeto aprovado, "quando necessários para organizar setor de interesse coletivo relevante que, comprovadamente, não possa ser desenvolvido com eficiência no regime de livre concorrência".

Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária — O deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), relator, acusou o presidente, senador Edison Lobão (PFL-MA), de agir contra o regime da Assembleia Constituinte, ao não assegurar preferência para a votação do seu substitutivo, durante a conturbada sessão do fim de semana. Ao contrário, afirma o deputado, Lobão preferiu colocar em votação pedido de preferência para o substitutivo do deputado Rosa Prata (PMDB-MG), que acabou sendo votado em lugar do texto apresentado pelo relator. A acusação está no relatório que Lima Filho enviou a Comissão da Ordem Econômica.

Subcomissão da Questão Urbana e Transporte — O anteprojeto encaminhado à Comissão da Ordem Econômica pela Subcomissão da Questão Urbana e Transporte não leva a assinatura do seu presidente, o senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC). Ele discorda frontalmente do texto elaborado pelo relator, deputado José Ulisses de Oliveira (PMDB-MG), que acusa de representar os interesses dos especuladores imobiliários, e já anunciou que vai apresentar várias emendas ao projeto na Comissão. O principal alvo das críticas do senador é o segundo artigo do texto, que estabelece "prévia e justa indenização em dinheiro, ao preço do mercado", para as desapropriações em área urbana.